A Mulher na história da maçonaria portuguesa: oppressão e liberdade no contexto maçónico

Fernanda Cristina Santos
Universidad de Lisboa

1. MAÇONARIA FEMININA: INTRODUÇÃO

A presença feminina na maçonaria é bastante posterior às Constituições de Anderson de 1723[1]. A moderna concepção que elas encerravam vai desenvolver-se a partir de determinados princípios chave que se vão manter mais ou menos inalteráveis até aos nossos dias.

Todo o programa sintetiza uma subjacente concepção da mulher como ser não livre. O maçon tinha de ser um cidadão na plena posse dos seus direitos cívicos, capaz de assegurar os seus deveres para com a sociedade. É esse estatuto que até há bem pouco tempo foi patente exclusivo do homem. É certo que alguns autores querem fazer remontar a presença feminina em Loja ao século XVII, a 1630, ano em que a mulher de Carlos I de Inglaterra teria criado as Lojas de Adopção ao voltar para França depois da morte do seu marido. Este é um dos pontos indocumentados da história da maçonaria. Ao certo sabe-se que em 1774 o *Grand Orient de France* reconhece Lojas criadas para senhoras e designa-as por *Loges d'Adoption*, isto é, secções adoptadas pelas lojas masculinas. Era um processo hábil de corresponder aos anseios femininos mantendo a tutela.

No século XVIII adopta-se vários meios para conseguir a entrada da mulher na Maçonaria, entre eles a criação de sociedades para-maçónicas, tanto femininas

---

1. O autor destas Constituições é James Anderson, um pastor presbiteriano e doutor em Teologia, que durante algum tempo foi Venerável numa Loja londrina, encarregado em 1721 pelo duque de Montagu (Grão-Mestre da Grande Loja de Londres em 1721-22) de *«examinar, corrigir e ordenar a história, as obrigações e os regulamentos da antiga confraria»* dos pedreiros. Deste seu trabalho resultaram as chamadas Constituições de Anderson, publicadas em 1723 com o título de *The Constitutions os the Free-Masons, containing the History, Charges, Regulations and of that most Ancient and Right Worshipful Fraternity* (De Oliveira Marques, A. H., *Dicionário de Maçonaria Portuguesa*, vol. I, Lisboa, editorial Delta, 1986, pp. 67-68).

como andrógenas, copiando com maior ou menor fidelidade as lendas e os rituais próprios das Maçonarias masculinas. No seio delas, as mulheres habituavam-se a comportamentos de tipo maçónico, obrigando-se a praticar uma disciplina que visava o convívio harmonioso e fraternidade entre os seres humanos.

Durante o período revolucionário toda a maçonaria sofre um colapso e as Lojas de Adopção desaparecem. Só entre 1804-1815 o movimento retoma vigor, desta vez tendo à sua frente, como Grã-Mestra, a mulher de Napoleão, a Imperatriz Josefina. Por essa época, a actividade normal dessas lojas limitava-se a bailes e a festividades. O ritual de iniciação tinha como temáticas principais: a modéstia, a candura, a discrição, a fidelidade e a castidade, temas paradigmáticos da ideologia e da mentalidade da sociedade burguesa. Todavia, este movimento soçobrou.

Em Portugal, o trabalho da maçonaria feminina remonta ao século XIX, e consiste numa luta constante pela igualdade de direitos face ao homem dentro e fora da Maçonaria. Neste trabalho clarificam-se as ligações entre a Maçonaria feminina e os movimentos feministas da 1.ª República, e num sentido mais amplo esclarece-se o papel que as mulheres desempenharam na tentativa de construção do projecto republicano. Em tudo, as mulheres foram importantes precursoras: no arrojo do ideário e na luta que travaram pela sua realização, na independência que conquistaram face às Lojas masculinas, trabalhando como independentes 38 anos das suas «irmãs» europeias, e por último as precursoras da Maçonaria mista em Portugal.

2. MAÇONARIA FEMININA E O GRANDE ORIENTE LUSITANO UNIDO

À data da revolução de 1820, o Grande Oriente Lusitano Unido era a única Obediência maçónica existente em Portugal e assim se manteria durante mais de uma década. O Grande Oriente regia-se pela Constituição de 1806, onde grande número de artigos tinha carácter regulamentar[2]. Com o triunfo do Liberalismo, os maçons procederam a uma reestruturação de todos os seus órgãos e textos organizativos. Foi redigido um novo texto constitucional, formalmente aprovado em 28 de Novembro de 1821[3].

2. Os princípios organizativos do Grande Oriente Lusitano Unido contêm-se na Constituição de 1806, mas a sua introdução data, na maior parte dos casos, de vários anos atrás, aquando da fundação do próprio Grande Oriente. Alguns deles podem já testemunhar-se em textos a partir de 1802. Embora não haja estudos a esse respeito, é provável que a Constituição maçónica de 1806 tenha sofrido a influência dos estatutos do Grande Oriente de França, de 1805, e que a terminologia e a organização sejam comparáveis às francesas, sem esquecer as influências britânicas e até de outros países. (cf. De Oliveira Marques, A. H., *História da Maçonaria em Portugal-Das Origens ao Triunfo*, volume I, Lisboa, editorial Presença, 1990, p. 203).

3. Entre 1870 e finais do século XIX, o Grande Oriente Lusitano Unido actuou como uma instituição alinhada com a ordem monárquico-constitucional, característica que foi alterada por um predomínio pontual de elementos ligados aos sectores «oportunistas» do Partido Republicano. Nela coabitam duas sensibilidades políticas —a republicana moderna e a monárquica-progressista— unidas

A primeira iniciação feminina na Ordem verifica-se nas duas primeiras décadas do século XIX. Sendo uma sociedade iniciática, e para mais desconsiderada[4], a documentação não abunda para determinados períodos da sua história e em muitos não chegou a produzir-se por temor das perseguições[5]. A primeira Loja de Adopção só aparece a 29 de Dezembro de 1881. Não existe documentação específica sobre a loja em si, e por isso a fonte mais próxima é o Boletim Oficial do Grande Oriente Lusitano Unido[6].

Em Portugal, após uma primeira época de expansão, a Maçonaria britânica perdeu claramente terreno a favor da influência maçónica francesa. Muito fechada, a Maçonaria britânica quase se confinou às Lojas onde trabalhavam os membros da sua colónia, únicas que oficialmente reconheceu, recusando-se ou demorando a enquadrar as várias iniciativas de criar oficinas onde coabitassem obreiros de outras nacionalidades, nomeadamente portugueses. A partir da chegada do Conde de Lippe a Portugal, multiplicaram-se as lojas ditas «irregulares», tanto em Lisboa como noutros locais, devido a esforços de maçons alemães, ingleses, franceses, portugueses, etc. A partir da década de 70, a grande vitalidade da Maçonaria francesa, ajudada pela influência cultural e política que a França e os ideários franceses cada vez mais iam tendo em Portugal, exerceu papel de relevo nos primórdios da estruturação da Maçonaria portuguesa. Há notícia da presença de maçons portugueses em cerimónias oficiais do Grande Oriente de França, já em 1773. Factores históricos como a Revolução Francesa, bem como a chegada de grupos numerosos de exilados franceses, tornaram a Maçonaria portuguesa muito mais permeável à influência francesa, afastando-a cada vez mais do ideal britânico[7].

---

por uma tradição liberal e anticlerical, da qual a maçonaria seria a legítima depositária. (Catroga, Fernando, «El Primer Congreso Masónico Interpeninsular (1905) en la estrategia ideológica del Gran Oriente Lusitano Unido», in Ferrer Benimeli, J. A. (coord.), *Masoneria Politica y Sociedad*, Vol. I, Zaragoza, Centro de Estudios Historicos de la Masoneria Española, 1989, p. 465).

4. Mais do que desconsiderada, a Maçonaria foi perseguida. Como afirma Rui Ramos: " No século XIX, especialmente depois da Revolução Francesa (1789), a demonização da Maçonaria decorreu sobretudo de teorias que atribuíam a organizações iniciáticas e secretas, como era o caso das Lojas e Federações maçónicas, um papel fundamental no decurso da história. Esta visão conspirativa conheceu uma grande divulgação a partir do momento em que revoluções políticas e mudanças sociais originaram rupturas drásticas nas instituições e modos de vida da Europa. " A Igreja Católica iniciou a sua longa história de condenação pública da Maçonaria a 28 de Abril de 1738, quando o Papa Clemente XII (1730-1740) proibiu os católicos de se tornarem membros das lojas maçónicas. A bula *In eminenti* assinalava a incompatibilidade entre o juramento e o segredo das obediências maçónicas e a condição de cristão integrado na Igreja Católica Romana. Nesta época, o Vaticano reprovava a Maçonaria sobretudo pelas implicações do seu modo de actuar, mais do que pela sua suposta doutrina. (Ramos, Rui, «Antimaçonismo», in Franco, José Eduardo (coord.), *Dança dos Demónios-Intolerância em Portugal*, Lisboa, Círculo de Leitores, 2009, pp. 318 e 322).

5. Marques da Costa, Fernando, *A Maçonaria Feminina*, Lisboa, Vega, 1979, p. 47.

6. Por razões óbvias, de discrição e sigilo, as Obediências maçónicas não costumam divulgar o número dos seus sócios, a não ser a nível de boletins internos e reservados. Obediências com tradição persecutória próxima ou empenhadas em actividades políticas ou parapolíticas são naturalmente mais cautelosas na gestão da informação, como é o caso de muitas Obediências portuguesas até 1869. (De Oliveira Marques, A. H., *História da Maçonaria em Portugal-Política e Maçonaria, 1820-1869*, volume II, Lisboa, editorial Presença, 1989, p. 129).

7. De Oliveira Marques, A. H., *op. cit.*, volume I, p. 73.

A Sociedade da Rosa é introduzida em Portugal pela Marquesa de Alorna, e a Maçonaria de Adopção, muito mais próxima da ortodoxia maçónica, surgida entre nós em meados do século XIX. Outro meio utilizado foi a entrada, pura e simples, de algumas mulheres em lojas regulares masculinas, com os mesmos direitos e deveres dos seus «irmãos». Embora muito mais rara, esta prática ocorreu com a Viscondessa de Juromenha e a sua ligação ao Grande Oriente Lusitano (1814) e com Gertrudes Magna dos Santos, decorada com o grau 30 e obreira regular do Capítulo *Franco-Lusitano* (1889) em obediência ao Grande Oriente Espanhol[8].

A Loja *Restauração de Portugal* de que as senhoras dependiam é uma Loja fundada em 1867 antes ainda da formação do Grande Oriente Lusitano Unido. Nessa data representava a Loja José Francisco da Cunha e António Francisco da Silva Cardeira, sendo o 1.º o seu venerável.

Em 1883 a loja *Restauração de Portugal* cinde-se, aludindo o texto do decreto n.º 8, de 10 de Junho de 1883, que expulsa os dissidentes. As senhoras são igualmente colocadas de parte (na mesma data, decreto n.º 9), por terem acompanhado os irmãos dissidentes. Os motivos eram, no entanto, mais vastos. No Grande Oriente Lusitano Unido a dissidência era interna: uns consideravam-no uma Federação de Lojas, outros consideravam-no uma Federação de Ritos. A tese da Federação de Ritos tem presente que cada rito constituiria uma organização independente, sem quebrar contudo a unidade aparente e institucional do G.O.L.U. A divergência é causada pelo Rito Simbólico, adoptado apenas em 1881. O «Grupo Simbólico» divide-se após a divulgação de um manifesto datado de 20 de Novembro de 1882, encabeçado por João Atouguia de França Neto. Este grupo partidário da cisão, constituído também por senhoras é expulso indo ingressar na nova organização denominada Grande Loja dos Maçons Antigos Livres e Aceites de Portugal[9]. A Loja feminina abandona a 29 de Outubro de 1884 a Grande Loja dos Maçons Antigos Livres e Aceites de Portugal, indo filiar-se na Grande Loja Departamental Fortaleza, sob a obediência do Grande Oriente de Espanha, até que em 27 de Junho de 1885 o agrupamento feminino é expulso acabando assim a agitada vida da 1.ª Loja de adopção em Portugal.

3. MAÇONARIA FEMININA E O DIREITO HUMANO: PERFIL, ACTUAÇÃO E FIGURAS FEMININAS DE DESTAQUE

De 1864 a 1882 não se formou em França lojas de senhoras, embora pontualmente se procurasse relançar a presença feminina. A 14 de Janeiro de 1882 a

---

8. De Oliveira Marques, A. H., «Vénus Maçona», Separata de *A Mulher na Sociedade Portuguesa*, Actas do Colóquio, Coimbra, 1986, p. 5.

9. Da Loja feminina constavam nomes como Amélia da Conceição Nunes, Beatriz Rosa Lima Lorena d'Ascenção, Catarina Adelaide Brion Ponte, Júlia Amélia de Freitas Netto, Luísa do Nascimento Oliveira, Maria das Dores Neves, Maria Filomena de Freitas e Silva, Maria da Glória Garcia Carvalho, Maria da Glória Lopes de Jesus, Maria Salomé da Conceição e Sousa e Virgínia Constança de Araújo Netto Luz. (Marques da Costa, Fernando, *op. cit.*, pp. 49-50).

loja *Les Libres Penseurs du Pecq* inicia Maria Deraismes. A polémica levantada por essa iniciação é tão violenta, que a loja opta por afastá-la, mas Deraismes não se deixa abater e funda, juntamente com Georges Martin, *Le Droit Humaine*, a 4 de Abril de 1893. Note-se que o movimento feminista não é levado a cabo pelas mulheres sozinhas, nesse complexo processo elas têm a ajuda de alguns homens. Entre eles surge também o nome de Léon Richer, adepto da franco-maçonaria, que funda em 1869 o periódico *Le Droit des femmes*. No mesmo ano, criou uma associação que se torna no ano seguinte, em 1870, uma defensora dos direitos das mulheres, aberta aos dois sexos. Maria Deraismes é uma das personalidades que neste contexto mais luta para entrar na franco-maçonaria. Na esteira da acção de Richer, ela critica e culpabiliza a sociedade que coloca em desvantagem o sexo feminino. A presença das mulheres na franco-maçonaria começa a ser real e fervorosa a partir de 1848[10].

O Direito Humano (D. H.) ou a co-maçonaria, como é igualmente conhecido, distingue-se essencialmente das restantes maçonarias por admitir em pé de igualdade, dentro de uma mesma loja, homens e mulheres. Como «ordem» mista esteve profundamente marcada pelas lutas feministas que marcaram a viragem de um para outro século. O D. H. define-se ainda como organização Internacional por oposição às outras maçonarias que, apesar de postularem o internacionalismo maçónico, se estruturam em organizações nacionais.

A presença da mulher vai aumentar não só no D. H. como também junto da Maçonaria tradicional, que relança as lojas de Adopção, até 1940, data em que é interdita qualquer actividade maçónica em França. O seu estatuto era já muito mais autónomo, já que os homens da loja de que dependia a secção de adopção não podiam impor nenhuma directiva, ainda que pudessem assistir às sessões.

Em 1945 a maçonaria reagrupa-se depois da vitória dos Aliados. No *Convent da Grande Loge de France* é pela primeira vez reconhecida a maçonaria feminina independente. A 21 de Outubro de 1945 *L'Union Féminine de France* reunia-se em assembleia geral.

Em Portugal, a actuação do Grande Oriente Lusitano Unido deixara as mulheres desiludidas, e estas decidem filiar-se no Direito Humano, com sede em Paris. É Adelaide Cabete que envia a primeira carta para França, argumentando que a filiação no D. H. se deve ao facto de as mulheres aí terem os mesmos direitos que os homens. A resposta de Paris mostra alguma surpresa pelo facto de as senhoras trabalharem normalmente no Rito Francês e não no de Adopção. O processo de filiação decorre depois normalmente até que por carta de 24 de Maio de 1923 o Grão-Mestre E. Piron concede a Adelaide Cabete os poderes para proceder à instalação da Loja *Humanidades n.º 776,* bem como os de proceder a iniciações e filiações.

Desde cedo se começa a tornar evidente que Adelaide Cabete procura por todos os meios conseguir o número de elementos e de lojas suficiente para se

---

10. Ambrière, Madeleine (dir.), *Dictionnaire du XIXᵉ siècle européen*, Paris, Quadrige/PUF, 2007, p. 463.

transformar numa Federação e poder deixar de depender de uma forma tão directa de França, por isso a documentação reflecte uma actividade de recrutamento e de militância extremamente intensa, desenvolvida não só por dentro da Maçonaria como também no «mundo profano». Por motivos diversos, a Maçonaria mista procurou, como nunca antes as senhoras tinham tentado, implantar-se na província fugindo ao centralismo de Lisboa. Alguns problemas ensombram, todavia, a sua actividade, como a falta de local próprio para as reuniões e diferendos entre «irmãos» e «irmãs» filiados que na vida profana eram cônjuges. A figura de Adelaide Cabete é a que mais se destaca desde 1907 no combate tenaz pela emancipação da mulher na sociedade e na maçonaria, com uma persistência e uma capacidade de trabalho dignas de admiração. Nesse mesmo ano, outra «obreira» é iniciada e vem engrossar a coluna das mulheres da maçonaria portuguesa, Ana de Castro Osório, activo elemento da propaganda republicana e feminista.

4. A MAÇONARIA FEMININA E O MOVIMENTO REPUBLICANO

A partir de 1907, o G.O.L.U. incentivou o movimento laico português e articulou-se com os trabalhos conspirativos que, num plano político prepararam a caída da monarquia. Juntamente com a Carbonária e com o Partido Republicano, o G.O.L.U. teve um papel decisivo na eclosão da revolução republicana de 5 de Outubro de 1910. Ao examinarmos o conteúdo da legislação imediatamente promulgada pelo novo regime, é evidente a intenção de fazer mudanças relacionadas com a campanha anticlerical, tais como a expulsão das ordens religiosas em nome das leis de Pombal, a lei da separação entre a Igreja e o Estado, as leis da família —incluindo o reconhecimento do divórcio— a promulgação do registo civil obrigatório, a proibição do ensino religioso nas escolas, a secularização dos cemitérios, a proibição das procissões, a propaganda da cremação, etc. Nestas medidas podemos ver a mão discreta da maçonaria[11].

As mulheres republicanas desempenharam nas décadas anteriores à implantação do novo regime, em 1910, o papel de propagandistas da nova aurora que, acreditavam, iria salvar a pátria e promover as mulheres. Fundaram em 1909 a Liga Republicana das Mulheres Portuguesas[12].

---

11. Um estudo mais atento mostra que, afinal, muitas destas reivindicações tinham sido lançadas, décadas atrás, por intelectuais comprometidos com influências positivistas e sensíveis à obra cultural da III República Francesa, isto é, datam de um período em que grande parte dos maçons portugueses eram fiéis ao anticlericalismo liberal, compatível com os quadros do deísmo e do espiritualismo, que não colocava em causa a ordem monárquica reinante. Com o desenvolvimento industrial e urbano, aquelas aspirações foram-se incorporando em projectos políticos organizados. (Fernando Catroga, *op. cit.*, p. 473)

12. A legislação produzida a partir de 1910, que poderia melhorar a vida quotidiana das mulheres foi, no entanto, diminuta, embora importante: uma lei de divórcio em que é dado tratamento equivalente à mulher e ao marido, em relação às causas do divórcio e aos direitos sobre os filhos. A nova lei de família definia o casamento como um contrato entre dois iguais e a mulher já não deveria obediência ao marido. O adultério, que continua a ser considerado um crime, é punido da mesma forma, quer seja cometido por um ou por outro. (Vicente, Ana, «Antifeminismo», in Franco, José Eduardo (coord.), *Dança dos Demónios-Intolerância em Portugal, op. cit.*, p. 429).

As mulheres auxiliaram a preparação de um novo regime político e procuraram depois consolidá-lo não deixando nunca de lutar pelos seus direitos, pela sua real emancipação. Algumas tiveram insistente acção como publicistas, outras deram apoio sereno e firme aos maridos que entre 1890 e 1930 estiveram presos ou deportados. Movia-as a crença comum de que o ideal republicano, ao chegar ao poder, materializaria a aspiração de uma sociedade mais livre e justa e as colocaria a elas, enquanto mulheres, em pé de igualdade perante os homens, estatuto por que lutavam há muito. Mesmo depois de implantada a República a vigilância dessas mulheres não diminuiu.

Em 1904, num flagrante paralelismo com França e com o movimento republicano em Portugal voltam a aparecer novas Lojas de Adopção. Em França Louise Michel foi iniciada em 1901 e tornou-se numa activa propagandista de admissão de senhoras na Maçonaria. Em Portugal vivia-se a recta final que levaria à vitória republicana de 1910. Nessa data aparecem duas novas Lojas de Adopção: a Humanidade, filial da Comércio e Indústria e a 8 de Dezembro, filial da Fernandes Tomás.

A actividade das senhoras dentro da maçonaria não é alvo de grandes registos, mas é certo que estas fizeram parte de uma intensa campanha política antimonárquica, fazendo com que os ideais de emancipação, face à tutela das Lojas masculinas, e a igualdade de direitos e representação junto das diversas hierarquias maçónicas, ganhe pouco a pouco terreno até se tornar realidade, por decreto de 8 de Abril de 1907. As senhoras passam então a pertencer a Lojas femininas independentes, tal como as masculinas, com representação própria em todas as instâncias do poder electivo. A Maçonaria feminina portuguesa adianta-se 38 anos às primeiras Lojas femininas independentes formadas apenas no pós 2.ª Grande Guerra.

A Loja *Humanidade,* presidida por Ana de Castro Osório, evolui normalmente dentro da hierarquia maçónica até receber a 6 de Junho de 1909 a Carta Patente de Soberano Grande Capítulo de Cavalheiros Rosa Cruz. Já as senhoras da Loja 8 de Dezembro não acompanham o movimento feminino ascendente, mantendo-se como Loja de Adopção dependente da Loja Fernandes Tomás, e quando esta se afastou da obediência do Grande Oriente Lusitano Unido são abatidas do quadro geral de Lojas por decreto de 26 de Setembro de 1911.

5. REPRESSÃO E EMANCIPAÇÃO DAS LOJAS FEMININAS

O Congresso Maçónico Internacional de 1913 que se realizou em Lisboa veio dar nova dimensão à presença de senhoras na Maçonaria com igualdade de direitos. Os adversários dessa igualdade correspondiam a um grupo conservador que não via com bons olhos a emancipação feminina na estrutura iniciática, já que até aí essa evolução não tinha acontecido em nenhum país do mundo[13].

---

13. A maçonaria masculina não era alheia aos interesses feministas. No Congresso Interpeninsular de 1905, a ordem de trabalhos promovida pela maçonaria e pelos grupos de livres-pensadores coloca-

Nesta tentativa de emancipação, as senhoras da Loja *Humanidade* não cedem à pressão e abandonam o G.O.L.U., continuando a trabalhar de forma independente. Apesar desta contínua afirmação, a Loja feminina sofre um enorme enfraquecimento. Em 1913 as senhoras estavam reduzidas a um grupo de vinte que se encontra sete anos depois, ao regressar ao G.O.L.U. reduzido a oito. Regressam ao G.O.L.U. como consequência de contactos que se intensificam sobretudo a partir do período sidonista, em que a Maçonaria começa a ganhar consciência da necessidade de congregar esforços para a constituição de uma frente unida. Atendendo a isso, as senhoras regressam, mas sem abdicarem das suas anteriores prerrogativas.

Em 1915 é criada uma nova Loja feminina, a *Carolina Ângelo,* cuja chefia pertencia a Ana de Castro Osório, que pertencera aos quadros da Loja *Humanidade*. A Loja não exige o estatuto de independente. A nova secção feminina forma-se com 11 elementos e atinge em 1920 o máximo de 32.

A partir de 1920 a sua actividade torna-se cada vez menos intensa e significativa, acabando por se desagregar, indo os seus principais elementos reforçar, mais tarde, as Lojas mistas da Secção Portuguesa do Direito Humano. O trabalho desenvolvido pelas mulheres processou-se dentro de determinadas organizações criadas especificamente para o efeito. A grande maioria tem inúmeros contactos com a maçonaria. O Grupo Português de Estudos Feministas, fundado em 1907 (um ano importante para o arranque da Revolução Republicana) tinha como presidente Maria Veleda, que promovia cursos nocturnos para mulheres analfabetas ministrados no centro escolar Afonso Costa pelo menos desde 1908.

Já mais perto da República, em 1909, cria-se a Liga Republicana das Mulheres Portuguesas por iniciativa de Ana de Castro Osório. Implantado o novo regime a Liga transformar-se-ia na Associação de Propaganda Feminista. Perante o problema da guerra funda-se, em 1916, a Cruzada Nacional das Mulheres Portuguesas. O seu primeiro presidente foi a Dr.ª D. Alzira Dantas Machado, esposa do presidente da República Bernardino Machado. Depois foi substituída no cargo por Adelaide Cabete. O secretariado geral coube a Ana de Castro Osório, «venerável» da Loja *Carolina Ângelo* criada em 1915. Fundou também o Conselho Nacional das Mulheres Portuguesas, em 1914. Este teve um papel preponderante na evolução do pensamento feminista português e estabeleceu laços com organizações congéneres estrangeiras. O Conselho editou o periódico *Alma Feminina*, que entre muitos outros temas, dava informação acerca da dimensão internacional do movimento feminista. Esta organização viria a ser extinta compulsivamente pelo Estado Novo em 1948, com a alegação que este já se ocupava dos problemas das mulheres. Sobre o feminismo, Adelaide Cabete escreveu: " Aqueles timoratos que perguntam

---

vam em cima da mesa questões como a moral social, as relações entre a Igreja e o Estado, a questão da educação e do ensino, o problema da emancipação da mulher —focado na perspectiva do feminismo reformista— e naturalmente as questões da paz e da tolerância política e religiosa. Numa publicação do *Boletín Oficial del G.O. Español* sobre o Congresso, deu-se relevância, sobretudo, a três aspectos que lhe foram, até certo ponto, estranhos: a tolerância pública relativa à Maçonaria, a presença das mulheres no seio do G.O.L.U. —este contava com duas lojas femininas— e a obra de beneficiência da Maçonaria portuguesa. (Catroga, Fernando, *op. cit.*, pp. 469-471).

aonde irá o Feminismo parar responder-lhes-emos: o Feminismo terminará onde acabam todas as ideias do Progresso e toda a esperança generosa terminará onde acabam todas as aspirações justas"[14].

Quanto às mulheres das classes populares as suas reivindicações, a partir dos finais do século XIX, em Portugal, concentram-se, como seria de esperar, em procurar melhores condições económicas. Foi assim que participaram em muitas greves e/ou desencadearam greves exclusivamente feministas.

Junto ao movimento operário funcionava a Liga Pró-Moral com Angélica Porto (iniciada em 1916) na assembleia geral. No Instituto Feminino de Educação e Trabalho, título distintivo por que passou a ser conhecido, depois da República, o antigo Instituto Infante D. Afonso, criado em 1899, contava com o trabalho persistente da «irmã» Ilda Pinto de Lima. As Ligas de Bondade criadas em 1923 eram um trabalho da Secção Portuguesa do Direito Humano através da Loja *Humanidade*. A presidente era Maria O'Neill. Vamos também encontrá-la a chefiar a Comissão Orus da Sociedade Teosófica Portuguesa criada em Setembro de 1921.

A acção tenaz das feministas prolonga-se noutros campos e até para além dos limites territoriais. O 1.º Congresso Feminista em Paris é presidido por Magalhães Lima e conta com a assistência de portuguesas. Em 1923 o governo português faz-se representar no Congresso Feminista de Roma por Adelaide Cabete. No ano seguinte reune-se o 1.º Congresso Feminista e de Educação em Portugal[15]. Adelaide Cabete está presente no Congresso Feminista de Washington em 1926. Nesse ano também reune o 1.º Congresso Abolicionista Português. Tudo isto é o resultado de meses de trabalho da Loja *Humanidade* (do Direito Humano).

6. CONCLUSÃO

Não há um limite nítido que possa ser estabelecido entre o trabalho produzido pelas senhoras enquanto membros de movimentos feministas e enquanto membros da maçonaria portuguesa. Maçonaria feminina e feminismo ombrearam quase sem-

---

14. *Mulheres Portuguesas: Vidas e Obras Celebradas: Vidas e Obras Ignoradas*, Lisboa, CIDN, 1991, p. 42.

15. No I Congresso Feminista e de Educação realizado em 1924, foram os baixos níveis de educação, quer feminina quer masculina, mas sobretudo feminina, que tardavam em mudar, um dos grandes temas em debate. Em 1928 realizou-se um segundo Congresso. É apenas a partir de 1926 que as mulheres podem leccionar em liceus masculinos, tendo, a partir de 1920, as raparigas sido autorizadas a frequentar tais estabelecimentos. Em 1948 foi publicado um livro fulcral para a história das mulheres em Portugal. Trata-se de *As Mulheres do Meu País*, de Maria Lamas (1893-1983). A autora, jornalista, feminista, opositora ao regime salazarista foi obrigada a exilar-se, viajou em todas as zonas do país, incluindo as mais remotas, falando com grupos de mulheres que, por pertencerem às classes laboriosas, eram geralmente ignoradas. Durante o Estado Novo, a advogada Elina Guimarães (1904-1991) notabilizou-se pela sua persistência, coragem, inteligência e força, como feminista assumida, tendo feito da causa das mulheres o centro de toda a sua actividade cívica, política e profissional. Colaborou assiduamente em revistas e jornais e escreveu vários livros centrados em aspectos jurídicos. (VICENTE, Ana, «Antifeminismo», in FRANCO, José Eduardo (coord.), *A Dança dos Demónios, op. cit.*, p. 430).

pre. Eram duas expressões orgânicas de um mesmo ideal e duas formas de o atingir. As senhoras consideravam a maçonaria um meio privilegiado para se ensaiar essa proclamada igualdade de convívio entre sexos e debater a importância da mulher na sociedade. A campanha emancipadora da mulher tem como objectivos conseguir armas pela elevação do nível educacional em geral, lutar pelo pleno acesso a todas as profissões, o direito de voto, por poderem pedir justiça, por poderem publicar os seus escritos sem a necessária autorização do marido, pelo direito ao divórcio, pela possibilidade de administração directa de bens pessoais, etc. Implantada a República e alcançados alguns desses anseios lutaram ainda contra o alcoolismo, pela protecção da mulher grávida e das crianças. Estudaram em detalhe as lacunas da legislação republicana e o seu papel na vida política e municipal. Defenderam o abolicionismo promovendo um Congresso Nacional. A República recusou-lhes o direito de voto pela lei de 3 de Julho de 1913.

A luta por direitos iguais não se restringe à maçonaria, é um debate travado com igual intensidade dentro e fora da maçonaria. A mulher está presente na maçonaria com maior influência e militância entre 1904-14 e 1920-23. Nestas datas não está incluída a Loja Carolina Ângelo (1915-20) pelo facto de a sua actuação ter sido muito pouco significativa[16]. As mulheres entram no G.O.L.U. em 1904 e no arranque do movimento republicano de 1907, ascendendo na hierarquia até atingir uma igualdade completa. Todavia, a partir da implantação da República em 1910 assiste-se a um declínio da presença da mulher devido a influências das facções conservadoras.

Em 1923 as senhoras cindem-se uma vez mais, indo criar em perfeita coerência de ideais e objectivos a secção portuguesa de uma maçonaria mista. Todavia, as mulheres sempre estiveram dependentes da estabilidade e peso do grupo republicano radical de ideias avançadas e militantes. As facções masculinas que defendiam as mulheres eram rapidamente afastadas. Esta tendência também se verificava noutros países europeus, como a França, a Alemanha, a Inglaterra e a Espanha, que não recebiam as mulheres com direitos iguais aos dos homens.

Apesar de todas as dificuldades, as mulheres tentaram desenvolver um trabalho especificamente maçónico difícil de contabilizar devido à deficiência de meios, mas eivado de princípios e apreciável do ponto de vista moral. Como afirma Ana de Castro Osório: “ Por nossa vontade e proposta teríamos lançado as bases para uma grande escola racional onde formássemos as mulheres fortes de espírito e de corpo, que entrassem de cabeça erguida na luta pela vida. Não o pudemos fazer porque a Loja Humanidade não dispunha de dinheiro, que é absolutamente necessário para base de todas as lutas, seja no campo das ideias seja no campo de batalha (…)”[17].

---

16. Marques da Costa, Fernando, *op. cit.*, p. 58.

17. Castro Osório, Ana de, *Resposta a uma Consulta*, Lisboa, 1914, p. 10.